



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº02/2021

O Município de Pejuçara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.566.188/0001-18 com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 597, Pejuçara/RS – CEP 98.270-000, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CONSEMA nº 372/2018 e Lei Complementar nº 140/2011, e baseado na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e nas Leis municipais vigentes, e com base nos autos do processo municipal nº 142/2021, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO** nas condições e restrições abaixo especificadas:

EMPREENDEDORES:

TELMO COSTA BEBER – CPF: 246.466.440-53

DOUGLAS COSTA BEBER – CPF: 004.593.620-03

RICARDO COSTA BEBER VIONE – CPF: 887.135.630-68

RÉGIS COSTA BEBER VIONE – CPF: 427.484.530-34

ENDEREÇO: FAZENDA TAIPA – CEDRINHO – INTERIOR

MUNICÍPIO: PEJUÇARA/RS

CODRAM: 111-41

PORTE: MÍNIMO

POTENCIAL POLUIDOR: ALTO

Relativo à atividade de IRRIGAÇÃO PELO MÉTODO DE ASPERSÃO OU LOCALIZADO COM BARRAGENS, com área de bacia de acumulação de 5,64 hectares, localizados em Fazenda Taipa – Cedrinho, interior do município de PEJUÇARA-RS, sob as coordenadas geográficas - Lat: -28.461300° E Long: -53.493400° , e registrados no Cartório de Registro de Imóveis deste município sob matrícula nº 9.898, 31.475, 2.594, 19.541, 9.900, 19.540, 31.474, 31.928, 20.171, 21.806, 16.352, 18.024, 9.899, 16.353, 4.754, 20.170.

Projeto Técnico:

ROQUE ZAMBERLAN VILLANI – TÉCNICO AGRÍCOLA EM AGROPECUÁRIA– CFTA 38407310034 – TRT Nº BR20210802145

COM AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Esta licença contempla a utilização da área de bacia de acumulação de 6,52 hectares provenientes de 01 açude com área alagada de 0,88 hectares, situado sob as coordenadas geográficas S-28.442132° e W-53.478674° e uma barragem com área alagada de 5,64 hectares, situado sob as coordenadas geográficas S-28.465679° e W-53.492206°;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

2. De acordo com o projeto apresentado para obtenção desta licença, o sistema de irrigação por aspersão a ser implantado sobre a área será dotado dos seguintes equipamentos:

	Tipo de Equipamento	Área Irrigada (Ha)	Latitude	Longitude
1.	Pivô central 1	100,22	28.4507	53.4811
2.	Pivô central 2	18,74	28.4440	53.4800
3.	Pivô central 3	63,34	28.4588	53.4765
4.	Pivô central 4	97,86	28.4595	53.4864
5.	Pivô central 5	80,09	28.4696	53.4772
6.	Pivô central 6	71,40	28.4683	53.4866
7.	Pivô central 7	61,46	28.4766	53.4823
8.	Pivô central 8	50,56	28.4753	53.4905
9.	Pivô central 9	26,80	28.4720	53.4982

3. Todos os produtores envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários/parceiros ou outros) deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostos nesta licença.

4. O sistema de irrigação será utilizado em lavouras de soja, milho, trigo, feijão e pastagem pelo método de aspersão.

5. Esta licença só terá validade acompanhada da Outorga de Direito de Uso da água em vigor para todos os pontos de captação ou documento com mesmo valor perante a legislação ambiental. Ressalta-se que a emissão desta licença foi amparada pela portaria DRH n° 862/2016 e SIOU 003 n°2017/021.016, 2017/021.018, 2017/021.024, 2017/021.007, 2017/021.014, 2017/021.011, 2017/021.015, 2016/002.146, 2016/002.147, os quais de acordo com a Instrução Normativa SEMA 03/2021 dispensam a necessidade da apresentação da outorga, exclusivamente para fins de financiamento e de licenciamento ambiental nos processos de irrigação, desde que os mesmos se encontrem com processo com *status* "Processo aguardando início da análise técnica" ou "Processo em análise técnica" ou "Processo aguardando alterações de dados inconsistentes ou entrega de documentos por parte do usuário de água ou operador" junto ao DRHS, como é o caso deste empreendimento, que encontra-se com o *status* "Processo aguardando início da análise técnica".

6. A água a ser utilizada no sistema de irrigação, será proveniente de barragens e canais já construídos, conforme cadastrado no sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOU) ou portaria de outorga, devendo ser dado sequência nos processos de outorga de uso de água para os recursos hídricos sobre os quais foram apresentados apenas o cadastro.

7. Esta licença não autoriza a ampliação da área alagada das barragens, intervindo em área de preservação permanente, nem a construção de novas barragens.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

8. O empreendimento não poderá ocupar as Áreas de Preservação Permanente (APP) definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 e Lei Estadual nº 15.434/2020 e nº 9.519/1992, devendo ser mantidas e preservadas todas estas áreas, bem como a vegetação existente dentro dos limites das mesmas.
9. As áreas de preservação permanente referente as margens dos recursos hídricos deverão ser preservadas conforme a legislação ambiental em vigor e conforme o cadastro ambiental rural da propriedade.
10. As casas de máquinas e demais infraestruturas necessárias, deverão ser construídas fora de área de preservação permanente, devendo as mesmas serem construídas de forma a evitar possíveis contaminações ambientais ao solo e recursos hídricos, seja por vazamentos de óleos ou quaisquer outros fatores. Caso a casa de máquinas seja dotada de depósito de combustível, a mesma deverá possuir medidas de contenção, com sistema separador de água/óleo/lama.
11. O empreendedor fica advertido que não poderá haver corte de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração sem o prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.
12. Deverão ser preservadas em qualquer situação, exemplares de espécies vegetais protegidas, conforme Lei Estadual nº 9519/92, Decreto Estadual nº 42.099/2002 e Lista de Flora ameaça conforme instrução normativa nº 06/2008 do MMA.
13. No caso de haver necessidade de supressão de vegetação nativa, deverá haver cuidado de não isolar fragmentos, buscando a interligação destes para facilitar a formação de corredores ecológicos de no mínimo 60 metros de largura, sendo que matas ciliares e demais formas de vegetação em áreas de preservação permanente definidas em lei não podem ser suprimidas total ou parcialmente, conforme Art. 23 da Lei Estadual nº 9.519/1992; e que a vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em área definida no Decreto Estadual nº 36.636/1996, não pode ser cortada ou explorada, exceto nos casos previstos na Legislação, conforme Art. 38 da Lei Estadual nº 9.519/1992.
14. Não poderá ser utilizado fogo ou queimadas nas florestas ou demais formas de vegetação natural, conforme estabelecido no art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.
15. É vetado o uso de capina química para construção ou manutenção de estradas ou canais.
16. As áreas irrigadas, ocupadas com a instalação dos pivôs centrais nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, totalizam uma área de 570,47 hectares.
17. Deverão ser dispostas na propriedade, sinalizações indicativas quanto à proibição de caça, pesca e apreensão de animais silvestres.
18. Fica proibida a caça da fauna nativa com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas.
19. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça, ou apanha de animais silvestres, conforme Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.
20. Deverão ser preservados os locais de refúgio, reprodução, alimentação e dessedentação da fauna.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

21. Deverão ser adotadas medidas conservacionistas, com vistas a evitar a erosão do solo e o assoreamento dos recursos hídricos da região, no entorno e nos taludes laterais de todas as obras componentes do sistema de irrigação, constituído por canais/ levantes/ lagoas/ estradas/ barragens.
22. Não é permitido o uso ou a construção de qualquer obra que altere a hidrodinâmica do curso hídrico, tais como diques de contenção, atacados ou lagoões, sem a devida outorga expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH e a Licença de Instalação expedida pelo órgão ambiental competente.
23. Não poderá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos/ despejos nos recursos hídricos ou em áreas de uso agrícola e Áreas de Preservação Permanente.
24. Deverá ser instalada tela protetora na entrada da tubulação de sucção das bombas que evite a passagem de alevinos das espécies ocorrentes, conforme art 1º da Portaria nº 12-N do Ministério da Agricultura (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), de 7 de abril de 1982.
25. A aquisição de agrotóxicos e outros insumos deve ser realizada mediante orientação técnica de profissionais devidamente habilitados, conforme estabelece as Leis Federais nº 7.802/1989 e nº 9.974/2000.
26. A aplicação aérea de agrotóxicos deverá ser efetuada por empresas licenciadas junto a FEPAM, devendo ser tomados cuidados em relação às condições atmosféricas, condições de vôo, etc., com vista a evitar danos a terceiros e resguardadas as distâncias previstas na legislação específica, de casas, estradas e recursos hídricos, devendo ainda, ter acompanhamento de responsável técnico. Ressalta-se que não poderá haver aplicação em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoação (cidades, vilas, bairros) e de mananciais de captação de água para abastecimento público; e de 250 metros de quaisquer mananciais de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais de criação, capões de mata nativa e quaisquer outras áreas de culturas agrícolas e florestais que não sejam alvo da aplicação.
27. O armazenamento de combustíveis e produtos agroquímicos deverá atender as recomendações técnicas e as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente, e estar de acordo com as normas técnicas da ABNT nº 9843/87 e 1183/88, e com a Lei Estadual nº 9.921/93 e Decreto Estadual nº 38.356/98.
28. A aquisição e utilização de agrotóxicos deverá ser realizada mediante orientação técnica de profissionais devidamente habilitados, conforme Leis Federais nº 7.802/1989 e 9.974/2000.
29. É proibido o abastecimento de máquinas e equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos, junto a quaisquer mananciais de água.
30. A água da lavagem dos pulverizadores deverá ser coletada para a reutilização ou para aplicação direta na lavoura.
31. No caso de utilização de agrotóxicos herbicidas, o empreendedor não poderá, em hipótese alguma, atingir ou danificar, mesmo que por deriva, as áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.
32. Após o uso dos agrotóxicos, o usuário deverá fazer a tríplex lavagem das embalagens, para após efetuar a sua devolução, junto aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, ou nos estabelecimentos indicados por este ou pelo poder público local, no prazo de até um ano, contado a partir da data de compra, conforme estabelecido pelas Leis Federais nº 7.802/1989, 9.974/2000 e 10.305/2010.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

33. Fica proibida a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual n° 9.921/93, art. 11, devendo as embalagens de agrotóxicos serem destinadas aos fabricantes do produto, conforme art. 6°, parágrafo 5°, da Lei Federal n° 7.802/89.
34. Caso a atividade utilize óleos lubrificantes, as embalagens plásticas deverão ser devolvidas nos pontos de venda, para que sejam encaminhadas para os fornecedores que deverão dar a destinação final, conforme estabelece a Lei Federal n° 10.305/2010.
35. O local da troca de óleo lubrificante deverá possuir bacia de contenção sobre piso de concreto, para armazenagem de óleo lubrificante usado em tonéis. A bacia de contenção deve ser calculada para conter todo o volume do(s) tonel(is), não sendo aceito tanque subterrâneo para armazenagem de óleo lubrificante usado, o qual depois de armazenado, deverá ser destinado a reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n° 362/2005, art. 1º, 3º e 12º.
36. É proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas a reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas) conforme Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2013.
37. A pista de abastecimento de veículos deverá possuir piso impermeável na área de abastecimento de veículos e máquinas, com drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) conectada com caixa separadora de água/óleo e se localizar fora de área de preservação permanente.
38. O abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental na FEPAM.
39. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo.
40. Deverá ser mantida a jusante da barragem a vazão mínima para manutenção da vida aquática e de outros usos da água existentes.
41. Para as obras de implantação do sistema de irrigação, caso seja necessário a redução do nível de água do açude, o esvaziamento deverá ser feito gradualmente de modo que não altere abruptamente a vazão do afluente receptor das águas.
42. Fica o empreendedor autorizado a realizar obras de reforma/reforço dos taludes das barragens, de forma a evitar o assoreamento, erosões, e rompimento das mesmas, visando garantir a segurança das barragens.
43. Em caso de conflitos de uso de água, com redução drástica da vazão de rios/sangas/arroios de onde ocorre a captação de água, seja esta proveniente de secas ou captações irregulares, a captação deverá ser cessada imediatamente, devendo o órgão ambiental competente ser informado para tomar as devidas providências para regularização da situação.
44. Os sistemas adutores ou de distribuição, estações de recalque, tubulações e demais infraestruturas necessárias deverão ser devidamente dimensionados, de forma a evitar impactos ambientais durante a operação do empreendimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

45. O empreendedor deverá manter atualizado o cadastro ambiental rural da área objeto desta licença, realizando a recuperação das áreas de preservação permanente conforme acordado no Programa de Regularização Ambiental vinculado ao CAR nº RS-4314308-2121.DBC0.E3EB.4611.BBE5.58CF.684E.13F4.

46. Em caso de acidentes ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, o órgão ambiental municipal deverá ser comunicado imediatamente.

47. As taipas e taludes ao redor das barragens deverão ser monitoradas continuamente, bem como tomadas as medidas técnicas necessárias para a prevenção e contenção de processos erosivos e possível rompimento, devendo em caso de perigo de rompimento ser o órgão ambiental imediatamente comunicado;

48. O empreendedor deverá apresentar no prazo de 60 dias a este órgão ambiental, sob pena de revogação desta licença:

1) Projeto de implantação de área de preservação permanente ao redor das barragens/açude/canais e curso hídrico a jusante da barragem com cronograma de implantação, visto que a licença de operação anterior (LOR nº 03/2017), previa a obrigação da implantação de uma área de preservação permanente de 15 metros ao entorno das barragens/açude e canais, a qual deverá ser composta por espécies vegetais nativas, sendo admitido um percentual de 10% das mudas de espécies frutíferas exóticas.

2) Projeto de implantação de tubulação de saída da barragem situada sob coordenadas -28.465679° e -53.492206° de modo a assegurar a vazão mínima a jusante da barragem para manutenção da vida aquática e de outros usos da água existentes, visto que hoje a barragem só possui um vertedouro que transborda a água excedente da barragem, acompanhado de cronograma de implantação;

3) Tamponamento de buracos existentes na bacia de contenção da casa de máquinas ao lado do açude situado sob as coordenadas -28.442132° e -53.478674° e instalação de sistema separador de água/óleo/lama ao final da canalização ligada as canaletas.

49. Fica determinado o prazo de 90 dias para instalação da placa de licenciamento ambiental conforme Anexo I, sendo obrigatório encaminhar comprovação da instalação para este órgão, podendo ser enviado por e-mail: fiscalambiental@pejucara.rs.gov.br;

Sugestão de documentos a serem enviados para a renovação da licença de operação:

1. Requerimento solicitando o licenciamento ambiental que inclua Número de Inscrição do Imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

2. Cópia da ART do responsável técnico pelo licenciamento ambiental, pelos laudos técnicos e outros, com data de validade para o período da licença requerida e com comprovante de pagamento.

3. Laudo técnico atestando o cumprimento da licença ambiental e a continuidade da operação sem alterações dimensionais e operacionais.

4. Cópia desta licença;

5. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de licenciamento;

6. Relatório fotográfico do empreendimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

7. OUTORGA DE DIREITO DE USO DA ÁGUA, expedido pelo Departamento de Recursos Hídricos/SEMA para os recursos hídricos em que foi apresentado apenas o SIOUT 003.
8. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
9. Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos produzidos na execução desta atividade (lubrificantes, agrotóxicos, etc.), com conteúdo mínimo elencado no art. 21 da Lei Federal nº 12.305/2010.

Havendo alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a SEMADE, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima elencadas até **03/09/2025**. Em caso de descumprimento de algum prazo estabelecido nesta Licença, a mesma perderá automaticamente a validade. Do mesmo modo, este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade, ou não sejam apresentados ao Departamento de Meio Ambiente os documentos que por ventura foram solicitados no ato de emissão desta licença.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local do Empreendimento para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

03/09/2021 à 03/09/2025

Pejuçara/RS, 03 de setembro de 2021.

FLAVIANA BRANDEMBURG BASSO

Prefeita Municipal

ANDRESSA PERLIN

Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

FELIPE OBERDORFER

Engenheiro Agrônomo e Licenciador Ambiental